

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL

data 06 / 08 / 98

cod C3D 00023

Riquezas aproximam índios da miséria



FOTO: LUIGI MANPRIN

Quando todos os territórios indígenas do País estiverem demarcados, os 250 mil índios brasileiros serão donos de 10% do território nacional, o que corresponde a 89,5 milhões de hectares. A demarcação das terras, no entanto, não garante a sobrevivência desses povos e, muito menos, a segurança das florestas contra a ação de garimpeiros e madeireiros ilegais. Milhares de metros cúbicos de madeiras nobres são retirados ilegalmente dessas áreas, sem que o Estado chegue perto de controlar a situação.

A

exploração das riquezas naturais nas reservas indígenas leva seus habitantes a pagarem um preocupante tributo de pobreza. À medida em que ela ocorre, os índios assinam sua própria sentença de morte. Enquanto poucos ficam com os royalties, para a maioria sobra doenças, desnutrição e aban-

dono. O final dessa história, infelizmente, é previsível. Criou-se um círculo vicioso, que aproxima a exploração ilegal dos recursos minerais e florestais do aniquilamento dos índios. Esse grito de alerta, no entanto, não é nenhuma novidade. Ele vem sendo dado por diversas entidades ambientais e pela imprensa mundial, ao longo dos anos, mas isso não significa que esteja ecoando nos ouvi-

dos surdos da União. Dessa forma, a população assiste passivamente à destruição dos maiores patrimônios nacionais: os índios e as florestas.

De acordo com o Artigo 231 da Constituição Federal, cabe ao governo demarcar, proteger e fazer respeitar todos os bens das terras indígenas, enquadradas como patrimônio da União. Os direitos constitucionais dos índios estão expressos em oito dispo-

sitivos, isolados em um capítulo específico no título da "Da Ordem Social" e em um artigo que consta do Ato das Disposições Transitórias.

Com ele, os índios garantiram o usufruto exclusivo das riquezas do solo, rios e lagos existentes em seus territórios, em caráter inalienável e imprescritível. Sendo assim, as comunidades só podem desenvolver, nas reservas, atividades de subsistência, como agricultura, exploração da castanha etc.. A exploração do subsolo, no entanto, é expressamente proibida pela legislação vigente. Ela só é possível mediante a aprovação do Congresso Nacional. Assim, todas as transações comerciais, envolvendo as riquezas mineiras e florestais das reservas indígenas, sem prévia autorização, são puras contravenções.

A realidade, no entanto, passa longe da obediência às leis. A retirada de mogno, cerejeira, ipê e cedro no território do grupo indígena Gavião, em Rondônia, por exemplo, foi responsável por uma grande derubada de árvores. Dados do DPI – Departamento de Patrimônio Indígena da Funai – Fundação Nacional do Índio dão conta de que já não há mais mogno e cerejeira na região. O contrato firmado pelos índios com a empresa Brasil Central Comércio de Madeiras Ltda; em 1989, autorizava a retirada de 5.000 m³ de madeira. Os índios receberam, a título de sinal, uma caminhonete Ford F-4000, ano 85/86. Não há informações sobre a renovação dos contratos anteriores, porém, acordos não formais entre indígenas e madeireiras continuam existindo.

Reverter essa situação, que persiste desde a colonização do continente americano, não é tarefa fácil. Os índios alegam precisar da renda proveniente da comercialização de madeiras nobres, entre outras riquezas, para

manter a comunidade. O que não é mentira. Contudo, os royalties, oriundos desse tipo de transação, enriqueceram muitos caciques. Segundo o presidente da Sociedade das Florestas Brasileiras, Pedro Paulo Lomba, de 1989 até 1992, os índios Caiapós, da aldeia de Paulinho Paikã, receberam mais de US\$ 60 milhões com a venda de madeira de seu território, localizado no Sul do Pará. Calcula-se que, atualmente, os Caiapós ainda recebam, anualmente, cerca de US\$ 10 milhões por ano dos garimpeiros que exploram o ouro e US\$ 6 milhões das madeiras ilegais.

Exploradores versus índios, uma luta de apelos materiais



FOTO: ROBERTO CRUZ

Garimpo em terra Yanomani

Casos como esses ocorrem em diversas reservas indígenas espalhadas pelo País. Os mais graves são registrados nos Estados do Pará, Rondônia, Mato Grosso e Amazonas. Mesmo quando os índios não têm interesse na exploração econômica, trava-se uma grande batalha entre os invasores e os "donos" da terra. Na maioria das vezes, os índios não resistem por muito tempo e cedem aos apelos materiais.

Foi assim com os Caiapós da co-

munidade Kubenkrakrein que, em 1983, firmaram, com assistência da Funai, um contrato com uma empresa. A exploração perdurou até 1989, quando já haviam sido retirados 53.192 m³ de mogno da região. Conforme dados da Funai, de 1991, como parte do acordo, a comunidade recebeu um avião, um caminhão, máquinas e motores bem como a manutenção de veículos, 18 residências de alvenaria, além de formação de pastagem.

A exploração seletiva de mogno e outras madeiras nobres ocorre, muitas vezes, em consequência desse tipo de contrato firmado entre os índios e as madeireiras que atuam ilegalmente. No território Caiapó, por exemplo, a ação dessas empresas trouxe problemas sérios. A Funai registrou grande devastação na área, com reflexos irreparáveis ao meio ambi-

ente, como perda do patrimônio indígena, desintegração social, mudança de hábitos, escassez de caça, obstrução de cursos de água, fatores esses que propiciam a formação de focos de doenças endêmicas e o aparecimento de novas patologias.

A Funai não consegue controlar tudo, principalmente, porque não há verbas suficientes para isso. Do orçamento de Cr\$ 242,2 bilhões, estimados para 1992, a fundação obteve a aprovação de apenas Cr\$ 18,4 bilhões, dos quais recebeu, até julho, Cr\$ 15,4 bilhões. Com o orçamento reduzido em, aproximadamente, 90%, em parte pelo Congresso e em parte pelo poder Executivo, a Funai permanece praticamente de mãos atadas. Sem dinheiro, infra-estrutura e combustível para abastecer os aviões e viaturas, a fiscalização das reservas, que deveria também ser acionada para impedir a permanência de invasores, muitas vezes consentidas pelos próprios índios, é praticamente

RESERVAS INDÍGENAS

inexistente, bem como o auxílio para suprir as necessidades das comunidades.

Operação Amazônia, investida paliativa contra devastação

O auxílio do Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, que deveria atuar como o braço direito da Funai, é imprescindível. Porém, o órgão também não dispõe de verbas suficientes para proceder a uma fiscalização periódica. A Operação Amazônia, desencadeada no início de setembro pelo Ibama em conjunto com a Polícia Federal, é paliativa e está longe de solucionar todos os problemas existentes. Realizada em vários pontos da Amazônia Legal, visa inibir as devastações e queimadas. Mas, o placar do jogo é de apenas um a zero para o Ibama. Se no caso das queimadas, a operação começou na época certa, com relação aos desmatamentos, está um pouco atrasada. O corte de árvores, pelo menos em propriedades agrícolas, é mais comum nos meses de junho e julho.

Com verba de Cr\$ 7 bilhões, a operação colocou nas matas cerca de 620 homens. "A fiscalização deveria ser rotineira, o que, infelizmente, não é possível devido a constante falta de recursos. Contudo, tentaremos recuperar o tempo perdido", afirma a assessora da presidência do Ibama, em Brasília, Marília M. Cerqueira.

Segundo o superintendente substituto do Ibama no Pará, Kasughiro Motizuki, reclamações e denúncias sobre devastações são inúmeras. "A exploração econômica das reservas ocorre com ou sem a autorização dos índios. Os madeireiros ilegais invadem, inclusive, propriedades

particulares."

Kasughiro comenta que a fiscalização "in loco" é a alternativa mais eficaz no controle desse tipo de contravenção. "É difícil apreender a madeira nos portos ou nas serrarias, que somam mais de quatro mil na região, porque não temos como checar a sua procedência. Depois que as madeiras estão serradas e armazenadas nos galpões, não há como saber se eram de reservas indígenas ou de áreas cuja a exploração é permitida."

Apesar das dificuldades, o órgão lavrou, até junho de 1992, 809 autos de infração, totalizando, aproximadamente, Cr\$1,7 bilhão em multas e a apreensão de 6.244 m³ de madeira em tora e serrada, quantidade maior que todo o montante apreendido no ano passado, cerca de 6.233 m³, de acordo com o chefe da fiscalização, Ronaldo Rodrigues. É fácil concluir que essas apreensões não retratam todo o universo da exploração na região.

Arquivos da Funai informam que,



Garimpo em terra Yanomani

nas comunidades indígenas Parakanã e Araweté, no Pará, algumas empresas exportadoras retiraram milhares de m³ de mogno até serem descobertas, em abril de 1988. Apesar de flagradas em atividades ilegais, as empresas se restringiram a fazer o pagamento de apenas 690,40 m³ de mogno aos índios. Essa interferência

resultou em prejuízos inestimáveis, tanto do ponto de vista econômico, quanto ambiental. Além de devastar o território, as madeiras são responsabilizadas pela construção de ramais e pistas de pouso.

A facilidade com que as reservas indígenas são invadidas e suas madeiras comercializadas é espantosa. O trajeto da ilegalidade é simples. As árvores são cortadas, desganhadas e arrastadas por dentro da mata até o caminhão, que fará o transporte para as serrarias. Lá, as madeiras são empilhadas, desdobradas em pranchas e comercializadas para outros Estados e países.

Patrimônio estimado em US\$ 6 milhões e briga pela herança

Enquanto milhares de dólares enriquecem alguns índios aculturados, a maioria se encontra em profunda miséria. Um exemplo típico, e muito divulgado pela imprensa, é a fortuna acumulada pelo cacique Caiapó Tutu Pombo, que morreu no dia 12 de agosto. Oito filhos e 300 índios brigam pela herança de US\$ 6 milhões. Sabe-se, no entanto, que pouco ou quase nada do dinheiro arrecadado pelo cacique "marajá" era revertido em benefícios para a aldeia. Aos integrantes de sua comunidade, Tutu Pombo distribuía apenas presentinhos.

O sertanista Orlando Villas Boas conta que, em certa ocasião, o cacique foi a Belém do Pará e trouxe 160 guardas-chuvas para distribuir para a tribo. De utilidade duvidosa, os presentes atendiam a mesma finalidade dos espelhinhos ofertados pelos portugueses, em 1500. O pior é que o efeito continua sendo o mesmo. Porém, as aquisições feitas por ele para engrossar seu próprio

patrimônio, eram bem diferentes. Dono de pelo menos quatro aviões, carros, entre outras propriedades, o cacique Pombo explorou, sem restrições, o seu próprio povo. Uma política de branco que não demorou para ser incorporada pelos índios.

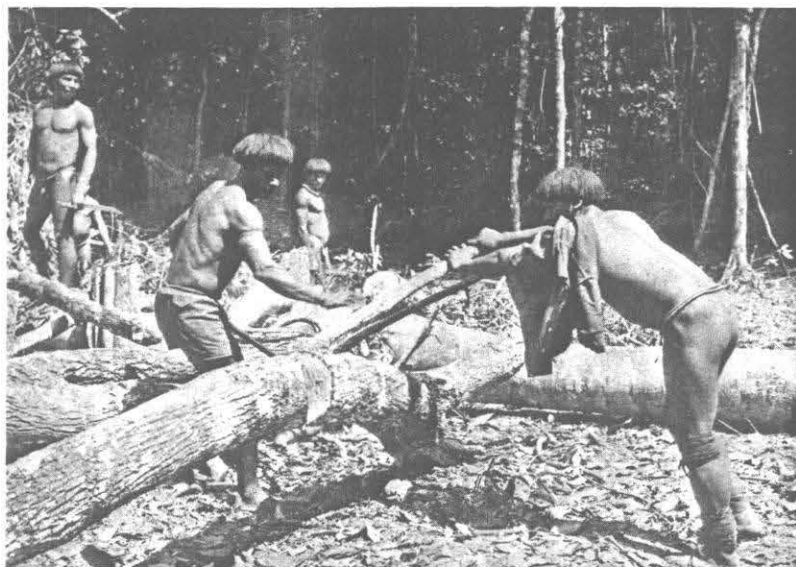
Contudo, a situação pede mais do que apontar culpados e inocentes, ou colocar os índios no banco dos réus. Quando optaram por controlar de perto a exploração de suas terras, os índios apenas tomaram as rédeas de uma transação que já existia, cujas regras foram ditadas pelos próprios brancos. "Durante muitos anos, os índios lutaram armados contra a ocupação de

seus territórios. Embora, ninguém tenha conseguido escravizá-los ao trabalho, a proximidade com a civilização foi inevitável. Os ciclos econômicos, como o do pau-brasil, cana-de-açúcar e do ouro, contribuíram para o deslocamento e extinção de inúmeras tribos. Agora, colhemos os resultados de todos esses acontecimentos", diz Villas Boas.

A conscientização dos índios a respeito dessas questões é, para Villas Boas, uma das poucas alternativas. "Não existe lugar para o índio na sociedade brasileira atual. Quanto mais ele se aproxima do que denominamos de civilização, mais pobre fica, inclusive culturalmente. As florestas e os índios estão sendo exterminados. E ninguém faz nada. O governo não se interessa e a Funai não tem respaldo." Segundo Villas Boas, de 1900 a 1967 desapareceram do território brasileiro 90 civilizações indígenas, que falavam 30 línguas diferentes.

Os contratos, que movimentam parte do mercado negro de madeiras, são, em sua maioria, nocivos aos índios, trazendo prejuízos superiores ao montante arrecadado. Além disso,

de acordo com a Funai, o volume de madeira retirada é sempre superior ao combinado entre as partes. "O governo não cumpre a sua função na defesa da terra e, muito menos, dá assistência. O índio, assim como qual-



quer cidadão, tem direito à saúde, educação etc.. Abandonados pelo governo, a união com o mercado negro de madeira é a única saída que esses povos têm encontrado para sobreviver", afirma o presidente da Funai, Sydney Ferreira Possuelo.

Segundo ele, a fundação tem se desempenhado, juntamente com outras entidades governamentais e não governamentais, em apresentar alternativas auto-sustentadas às comunidades indígenas. "Muitas tribos passaram e ainda passam por processos de degradação do ambiente. Só poderemos reverter esse quadro a partir da conscientização de que a exploração das riquezas é o caminho mais curto para a extinção e descaracterização da cultura indígena."

Rotary Club lança Projeto Ecológico Índio Brasileiro

Uma das alternativas é o cultivo de castanheiras-do-pará, nativas da Floresta Amazônica. Essa árvore possui uma demanda crescente em países da Europa e Estados Unidos e pode

representar, a longo prazo, uma excelente fonte de renda. A produção dessa espécie também está sendo afetada pela devastação ambiental causada por madeireiros ilegais e garimpeiros, por isso, algumas comunidades indígenas vão passar a cultivá-las. "Diversas aldeias, como a do Paulinho Paiakã, já adotaram o cultivo da castanha como fonte de renda", diz Possuelo.

Visando ampliar as atividades auto-sustentadas, o Rotary Club São Paulo - Oeste desenvolve o Projeto Ecológico Índio Brasileiro, que pretende espalhar 155 mil pés de castanheiras-do-pará, pela Floresta Amazônica. Os índios Pacaás Novos foram os primeiros beneficiados pelo projeto. Estima-se que 100 mil índios deverão possuir esse tipo de plantação nos Estados do Mato Grosso, Rondônia, Amazonas, Pará, Roraima e Acre. A Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária é responsável pelas pesquisas, que estão determinando as melhores maneiras e processos de cultivo.

Com isso, pretende-se trazer as castanheiras-do-pará para perto das aldeias, evitar a exploração econômica ilegal das reservas, atender às necessidades básicas das comunidades que, devido à proximidade com o homem branco, passaram a depender de roupas, remédios, entre outras coisas, e afastar os exploradores de madeiras e garimpeiros. Talvez, a longo prazo, projetos desse tipo também contribuam para mudar a consciência da sociedade como um todo. A importância dessa inversão de valores pode ser resumida pela seguinte frase, publicada num folheto informativo da Funai: "Não é o índio um obstáculo ao progresso do País. O desenvolvimento desordenado é que representa um obstáculo à melhoria da qualidade de vida de todo o povo brasileiro".





Terras indígenas no Brasil



População indígena nacional	250 mil índios
Área do território brasileiro	8.511.965 km ²
Área total das terras indígenas	895.424 km ²
Terras indígenas identificadas	510
Terras indígenas a delimitar	246
Terras indígenas delimitadas	255
Terras indígenas homologadas	190
Áreas indígenas afetadas por:	
Estradas de ferro ou de rodagem	176
Exploração mineral	28
Impactadas por exploração de recursos florestais	54
Sofreram ou poderão ter a interferência de obras do setor elétrico	120

Fonte: Funai - Fundação Nacional do Índio, 1992.

SITUAÇÃO DAS ÁREAS INDÍGENAS

-  A identificar
-  Identificada
-  Delimitada
-  Regularizada

RESERVAS INDÍGENAS

	ÁREA INDÍGENA/UF	SUPERF. HA	GRUPO INDÍGENA
DESCRIÇÃO DA INTERFERÊNCIA	<p>Tenhar.Igar.Preto/AM</p> <p>Exploração de ouro por empresa subsidiária da Parapanema. "Royalties" são pagos aos índios. Sem maiores informações.</p> <p>Exploração de cassiterita pela empresa Mirael. Atividades da lavra iniciada em 1971 e paralisada em 1986, com alto nível de degradação ambiental. Necessita projeto de recuperação de área: sem definição até o momento.</p> <p>Impactos:</p> <p>a) 300 ha desmatados;</p> <p>b) 5 ha ocupados como base de apoio à mineradora.</p>	79.500	Tenharim
	<p>Vale do Javari/AM</p> <p>Extração e comercialização de madeira por empregados desconhecidos de um regatão.</p> <p>-Índios Isolados: Nos últimos cinco anos, houve uma "invasão" de madeireiros e de seringueiros nos rios Batã e Hospital (Retaquirana), e na maloca Santa Sofia (rio Javari), onde têm-se notícia de grupos isolados Hayörüna.</p> <p>-Nos igarapés São José, Independência e Uchôa (afluentes do rio Itacoai), ocorrem confrontos armados, com ataques a acampamentos de caça entre índios isolados (conhecidos como flexeiros) e grupos de madeireiros que entram nesses igarapés para explorarem madeira.</p> <p><i>Funai/91</i></p>	8.338.000	Mar.Mayo. Kul.Kan
	<p>Vale do Javari/AM</p> <p>Corte ilegal de palmito de Açai em território Korubo, pelas empresas de palmito (Agropal e Palmisul), instaladas em Benjamin Constant. Autorização para exploração expedida pelo IMA/lbama necessita ser revista e cancelada, pois está ocorrendo extinção dos açazeiros da região.</p> <p><i>Funai/1990</i></p>	8.338.000	Maku, Korubo, Tukano
	<p>Yanomami/RR/AM</p> <p>Estrada Perimetral Norte, ligando as cidades de Caracarai/RR a São Gabriel da Cachoeira/AM. Quando da construção desta estrada, devido ao contato indiscriminado com trabalhadores das empresas que executam os trabalhos, os índios foram vitimados por doenças antes inexistentes em suas comunidades. A estrada foi desativada.</p>	9.419.108	Yanomami
	<p>Rio Branco</p> <p>Extração ilegal de madeira na área. Em época chuvosa, a extração tinha uma média de 20 cm³ diários. Depois da estiagem, cinco cargas de madeira por dia, aproximadamente, 1.500 m³. Foi feita denúncia ao lbama, mas este alega falta de tempo para qualquer operação desta natureza.</p> <p>Exploração de mogno e cerejeira pela empresa Brasil Central Comércio e Madeiras Ltda., com quem a comunidade firmou contrato em 1989. Nesta época, já havia, aproximadamente, 5.000 m³ de madeira derrubada, decorrente da formalização de contrato firmado em setembro de 1987 entre a Funai, Gestão Jucá e a madeireira Noroeste.</p> <p>O atual entendimento da Funai é contrário à exploração de madeira em terras indígenas, em total consonância com a legislação vigente.</p> <p>Conseqüências ambientais - Retirada de madeira nas margens esquerda e direita do rio Branco.</p> <p>Atualmente, 45% da área encontra-se degradada, devido à exportação de madeira de 1986 a 1991, sendo estimado num volume de 100.000 m³. Devido à exploração irracional da madeira, inúmeras rodovias e trilhas foram abertas.</p> <p><i>Funai/Sedam/Cini/91</i></p>	236.137	Makurapi, Tupari
	<p>Alto Rio Guamã/PA</p> <p>Exploração de diversas espécies: feijó, sucupira, maçaranduba, pau-d'-arco, pau-amarelo e vários tipos de faveiros. Existe exploração pelos próprios índios que têm interesse na venda.</p> <p>Responsáveis: Serraria Belém, madeireira Capitão Poço e Jonasa.</p> <p>Ação repressora: Recursos apreendidos e andamento de inquérito em 1989.</p> <p>Conseqüências ambientais: Grau de desmatamento elevado.</p> <p><i>ABA/1989</i></p>	278.000	Tembé, Urubu, outros

	ÁREA INDÍGENA/UF	SUPERF. HA	GRUPO INDÍGENA
<p>DESCRIÇÃO DA INTERFERÊNCIA</p>	<p>Apyterewa/PA</p>	<p>981.772</p>	<p>Parakanã</p>
	<p>Em 1980, 500 árvores da espécie mogno foram derrubadas, tendo como um dos responsáveis, Wilson M.Torres. Os índios nada receberam.</p>		
	<p>Existe constante pressão e aliciamento por parte dos madeireiros.</p>		
	<p>Ação repressora - Recursos foram apreendidos e o inquérito está em andamento (1980).</p>		
	<p>DFU/ADR Belém/1988</p>		
<p>Bacaja/PA</p>	<p>192.126</p>	<p>Xicrim</p>	
<p>Exploração de mogno em março de 1989, com interesse dos índios pela comercialização.</p>			
<p>Responsável - Eurípedes Prudêncio de Moura.</p>			
<p>Ação repressora - Advertência em 1989 ao responsável, para que sustasse as atividades.</p>			
<p>Funai/1989</p>			
<p>Xikrin Rio Cateté/PA</p>	<p>439.151</p>	<p>Kayapó</p>	
<p>Exploração de mogno pela Madeireira Bannach Ltda.. A comunidade indígena tem interesse na exploração e assumiu compromisso com a madeireira em contrato de 31/07/89 para derrubada anual de 20.000 m³ de mogno anualmente.</p>			
<p>Já teriam sido derrubados 12.000 m³ e os índios recebido parte do acordo.</p>			
<p>Ação repressora-Operação conjunta Funai/Ibama/DPF.</p>			
<p>Apreensão de 82 toras e abertura de inquérito.</p>			
<p>Madeireira iniciou construção da aldeia (casa de alvenaria) em troca da exploração. Reunião em março desse ano entre Vale do Rio Doce, consultora dos Xicrim, Funai - BSB e Marabá, e lideranças Xikrim. A Vale coloca a possibilidade de realizar as obras, na condição de que a madeira saia da área e sejam suspensos os contratos. Nada ainda foi decidido pelas lideranças.</p>			
<p>Funai/1992.</p>			
<p>Apiaka/Kayabi/MT</p>	<p>109.245</p>	<p>Apiaka, Kayabi</p>	
<p>Exploração ilegal de madeira na área, iniciada em 1989. Os índios não têm controle da área e se vêem envolvidos com roubo generalizado de madeira, principalmente, na área de ampliação da reserva.</p>			
<p>Memo</p>			
<p>Rio Mequês/RO</p>	<p>105.250</p>	<p>Makurapi</p>	
<p>Em agosto de 1987 foi formalizada, por meio de contrato entre Funai e a madeireira Indal, a retirada de 10.000 m³ de mogno. Em setembro de 1987, por meio de contato com a madeireira MEHL, foram retirados 5.000 m³ de mogno.</p>			
<p>Benefícios auferidos pelos índios - um carro da marca Toyota, construção de rodovias, uma mini-usina hidrelétrica, uma enfermaria, armazém a manutenção da comunidade na vigência do contrato, que foi interrompido em 30/05/88. O volume de madeira extraído é desconhecido.</p>			
<p>Em decorrência da extração, 80% da área foi agredida devido à exploração ilegal de madeira, provocando extinção local de fauna e flora.</p>			
<p>Estima-se que foram retiradas, ao longo de nove anos (1982-1991), mais de 300.000 m³ de madeiras nobres. O atual entendimento da Funai é contrário a exploração de madeira em terras indígenas, em total consonância com a legislação vigente.</p>			
<p>Funai/Sedan/Cini,1991</p>			